



PALÁCIO NOVE DE JULHO
AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, S/Nº - IBIRAPUERA - FONE 886-6122

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — 12ª LEGISLATURA

Presidente: VITOR SAPIENZA

1º Secretário: ISRAEL ZEKKER
3º Secretário: VICENTE BOTTA

1º Vice-Presidente: ABELARDO CAMARINHA
2º Vice-Presidente: RICARDO TRÍPOLI

2º Secretário: SYLVIO MARTINI
4º Secretário: ANTENOR CHICARINO

RESOLUÇÕES

Resolução nº 769, de 9 de março de 1995 (Projeto de Resolução nº 15, de 1994)

Dispõe sobre a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização de plebiscito para fins de emancipação do Distrito de Agulha, pertencente ao Município de Fernando Prestes.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II, do artigo 14 da VII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º — É aprovada a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização de plebiscito referente à emancipação do Distrito de Agulha, pertencente ao Município de Fernando Prestes.

Artigo 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de março de 1995.

- a) VITOR SAPIENZA, Presidente
a) Israel Zekker, 1º Secretário
a) Sylvio Martini, 2º Secretário

Resolução nº 770, de 9 de março de 1995 (Projeto de Resolução nº 4, de 1995)

Dispõe sobre a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização de plebiscito para fins de desmembramento de área pertencente ao Município de Franco da Rocha para sua anexação ao Município de Francisco Morato.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II, do artigo 14 da VII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º — É aprovada a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização de plebiscito referente ao desmembramento de área pertencente ao Município de Franco da Rocha para sua anexação ao Município de Francisco Morato.

Artigo 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de março de 1995.

- a) VITOR SAPIENZA, Presidente
a) Israel Zekker, 1º Secretário
a) Sylvio Martini, 2º Secretário

Resolução nº 771, de 9 de março de 1995 (Projeto de Resolução nº 21, de 1995)

Cria cargos no Quadro da Assembléia Legislativa. A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso do artigo 14 da VII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1º — Fica criada, no Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, a Escala de Vencimentos Legislativa, composta de uma única referência — 1 —, Tabela I.

Parágrafo único — O valor da referência 1 corresponderá a duas vezes o valor da referência 26 da Escala de Vencimentos Comissão, Tabela I.

Artigo 2º — Ficam criados, no SQC-1, do QSAL, 370 (trezentos e setenta) cargos de Assessor Especial Parlamentar, de provimento em comissão, referência 1 da Escala de Vencimentos Legislativa, que serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho.

Artigo 3º — Dos cargos criados pelo artigo 2º desta resolução, 282 (duzentos e oitenta e dois) serão providos por indicação dos Deputados com assento na Assembléia Legislativa, na proporção de 3 (três) para cada um deles, enquanto que os demais serão destinados aos Gabinetes das Lideranças Partidárias, da Mesa e de seus substitutos, em proporção a ser estabelecida por Ato de Mesa.

Artigo 4º — As atribuições dos cargos criados por esta resolução serão fixadas por Ato da Mesa.

Artigo 5º — As despesas decorrentes da presente resolução correrão à conta dos recursos orçamentários, suplementados, se necessário.

Artigo 6º — Esta resolução entrará em vigor em 15 de março de 1995.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 9 de março de 1995.

- a) VITOR SAPIENZA, Presidente
a) Israel Zekker, 1º Secretário
a) Sylvio Martini, 2º Secretário

ORDEM DO DIA

10 de março de 1995 49ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1-Discussão e votação da Moção nº 368, de 1993, apresentada pelo deputado Erasmo Dias, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser ampliada a defesa de espécies de pescado. Parecer nº 674, de 1994, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável, com emenda.

2-Discussão e votação da Moção nº 372, de 1993, apresentada pelo deputado Jorge Yamazato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem realizados os pagamentos dos hospitais credenciados que prestam serviços de saúde, nas datas convencionadas. Parecer nº 1681, de 1994, da Comissão de Saúde, favorável.

3-Discussão e votação da Moção nº 383, de 1993, apresentada pelo deputado Osvaldo Sorghen, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem sequestrados, pela Justiça, os bens acumulados pelos lesadores do Instituto Nacional de Seguros Sociais - INSS. Parecer nº 653, de 1994, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

4-Discussão e votação da Moção nº 31, de 1994, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Congresso Nacional no sentido de serem agilizados os processos de desapropriação de Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Parecer nº 1103, de 1994, da Comissão de Agricultura, favorável.

5-Discussão e votação da Moção nº 108, de 1994, apresentada pelo deputado Joel Freire, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de proibir a veiculação de propaganda de caráter sexual pornográfico, nos meios de comunicação. Parecer nº 2064, de 1994, da Comissão de Transportes, favorável.

6-Discussão e votação da Moção nº 4, de 1995, apresentada pela Comissão de Saúde em seu Parecer nº 2247, de 1994, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de ser aprovado o Projeto de lei nº 28, de 1993, sobre planejamento familiar.

10 de março de 1995 50ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1-VETO-Votação adiada do Projeto de lei nº 1189, de 1991, (Autógrafo nº 22540) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, extinguindo a Carteira de Previdência dos Vereadores e Prefeitos do Estado. Pareceres nºs 1129 e 1130, de 1994, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Promoção Social, favoráveis ao projeto.

2-VETO-Votação adiada do Projeto de lei nº 882, de 1993, (Autógrafo nº 22581) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Vereador Luiz de Oliveira" à Rodovia SP-68, que liga os municípios de Araçá e Bananal, e este ao Distrito de Pouso Seco. Parecer nº 1426, de 1994, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

3-VETO-Votação adiada do Projeto de lei Complementar nº 46, de 1992, (Autógrafo nº 22838) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, alterando dispositivo do artigo 127 da Lei nº 10261, de 28/10/68, que dispõe sobre adicional por tempo de serviço. Parecer nº 77, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Administração Pública, favorável ao projeto.

4-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 19, de 1994, (Autógrafo nº 22726) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre os vencimentos, salários e valor base de remuneração dos servidores que especifica. Parecer nº 112, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.

5-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 32, de 1994, (Autógrafo nº 22766) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando enquadramento da classe de Agente do Serviço Civil efetuado nos termos da Lei Complementar nº 712, de 12 de junho de 1993 e da Lei Complementar nº 718, de 14 de junho de 1993. Parecer nº 113, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

6-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 40, de 1994, (Autógrafo nº 22829) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988, que institui novo sistema retributivo para as séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuario. Parecer nº 78, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto.

7-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 51, de 1994, (Autógrafo nº 22796) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando dispositivo da Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992, que institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os Servidores das classes que especifica, da Secretaria da Fazenda e das Autarquias. Parecer nº 114, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.

8-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 463, de 1992, (Autógrafo nº 22851) vetado totalmente, apresentado pela deputada Beatriz Pardi, dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino de Educação Artística nas escolas públicas estaduais. Parecer nº 79, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Educação, favorável ao projeto.

9-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 812, de 1992, (Autógrafo nº 22751) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Carlos da Silva, dispondo sobre a divulgação de planilha de custos da tarifa de transporte coletivo intermunicipal. Parecer nº 80, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes, de Assuntos Metropolitanos e de Finanças, favorável ao projeto.

10-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 66, de 1993, (Autógrafo nº 22753) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, criando o Programa Estadual de Educação Especial. Parecer nº 81, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favorável ao projeto.

11-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 343, de 1993, (Autógrafo nº 22754) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Azevedo, dispondo sobre a instalação de terminal de computador ligando o Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa. Parecer nº 115, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

12-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 255, de 1993, (Autógrafo nº 22841) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, instituindo vedações e obrigações aos mutuários ou beneficiários da política habitacional do Estado de São Paulo. Parecer nº 82, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Promoção Social, favorável ao projeto.

13-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 440, de 1993, (Autógrafo nº 22855) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nelson Salom, oficializando o "Hino à Negritude". Parecer nº 83, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Cultura e Tecnologia, favorável ao projeto.

14-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 782, de 1993, (Autógrafo nº 22863) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado João Leiva, dispondo sobre o controle das quantidades de serviços em obras públicas, com o objetivo de impedir superfaturamento. Parecer nº 119, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

15-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 1047, de 1993, (Autógrafo nº 22755) vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Zico Prado, dispondo sobre a criação do Conselho de Transportes da Região Metropolitana de São Paulo - CTM. Parecer nº 84, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes e de Assuntos Metropolitanos, favorável ao projeto.

16-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 1102, de 1993, (Autógrafo nº 22830) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Eloi Pieta, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação trimestral das informações que especifica, pela Secretaria da Segurança Pública. Parecer nº 116, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

17-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 113, de 1994, (Autógrafo nº 22843) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a receber em doação, imóvel situado no Município de São Bernardo do Campo, para construção de prédio para abrigar dependências do Ministério Público. Parecer nº 85, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favorável ao projeto.

18-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 397, de 1994, (Autógrafo nº 22862) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Sorocaba, imóvel destinado ao assentamento habitacional e reurbanização. Parecer nº 86, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favorável ao projeto.

19-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 482, de 1994, (Autógrafo nº 22825) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a outorgar, ao Município de Guararãma, concessão de direito real de uso de seis ilhas situadas ao longo do Rio Paraíba do Sul. Parecer nº 87, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Obras Públicas, contrário ao projeto.

20-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 525, de 1994, (Autógrafo nº 22802) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre promoção de praças da Polícia Militar, nas condições que especifica. Parecer nº 88, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Finanças, favorável ao projeto.

9 de março de 1995 48ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1-VETO-Votação adiada do Projeto de lei nº 1189, de 1991, (Autógrafo nº 22540) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, extinguindo a Carteira de Previdência dos Vereadores e Prefeitos do Estado. Pareceres nºs 1129 e 1130, de 1994, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Promoção Social, favoráveis ao projeto.

2-VETO-Votação adiada do Projeto de lei nº 882, de 1993, (Autógrafo nº 22581) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sylvio Martini, dando a denominação de "Vereador Luiz de Oliveira" à Rodovia SP-68, que liga os municípios de Araçá e Bananal, e este ao Distrito de Pouso Seco. Parecer nº 1426, de 1994, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

3-VETO-Votação adiada do Projeto de lei Complementar nº 46, de 1992, (Autógrafo nº 22838) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, alterando dispositivo do artigo 127 da Lei nº 10261, de 28/10/68, que dispõe sobre adicional por tempo de serviço. Parecer nº 77, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Administração Pública, favorável ao projeto.

4-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 19, de 1994, (Autógrafo nº 22726) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre os vencimentos, salários e valor base de remuneração dos servidores que especifica. Parecer nº 112, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.

5-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 32, de 1994, (Autógrafo nº 22766) vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando enquadramento da classe de Agente do Serviço Civil efetuado nos termos da Lei Complementar nº 712, de 12 de junho de 1993 e da Lei Complementar nº 718, de 14 de junho de 1993. Parecer nº 113, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

6-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 40, de 1994, (Autógrafo nº 22829) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988, que institui novo sistema retributivo para as séries de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuario. Parecer nº 78, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto.

7-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 51, de 1994, (Autógrafo nº 22796) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando dispositivo da Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992, que institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os Servidores das classes que especifica, da Secretaria da Fazenda e das Autarquias. Parecer nº 114, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.

8-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 463, de 1992, (Autógrafo nº 22851) vetado totalmente, apresentado pela deputada Beatriz Pardi, dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino de Educação Artística nas escolas públicas estaduais. Parecer nº 79, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Educação, favorável ao projeto.

9-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 812, de 1992, (Autógrafo nº 22751) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Carlos da Silva, dispondo sobre a divulgação de planilha de custos da tarifa de transporte coletivo intermunicipal. Parecer nº 80, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes, de Assuntos Metropolitanos e de Finanças, favorável ao projeto.

10-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 66, de 1993, (Autógrafo nº 22753) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, criando o Programa Estadual de Educação Especial. Parecer nº 81, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favorável ao projeto.

11-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 343, de 1993, (Autógrafo nº 22754) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Azevedo, dispondo sobre a instalação de terminal de computador ligando o Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa. Parecer nº 115, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

12-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 255, de 1993, (Autógrafo nº 22841) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, instituindo vedações e obrigações aos mutuários ou beneficiários da política habitacional do Estado de São Paulo. Parecer nº 82, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Promoção Social, favorável ao projeto.

13-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 440, de 1993, (Autógrafo nº 22855) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nelson Salom, oficializando o "Hino à Negritude". Parecer nº 83, de 1995, do Congresso das Comissões de Justiça e de Cultura e Tecnologia, favorável ao projeto.

14-VETO-Discussão e votação do Projeto de lei nº 782, de 1993, (Autógrafo nº 22863) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado João Leiva, dispondo sobre o controle das quantidades de serviços em obras públicas, com o objetivo de impedir superfaturamento. Parecer nº 119, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.